

O Sistema de Freios e Contrapesos no Poder Judiciário: uma análise de sua estrutura e funcionamento à luz da Constituição Federal de 1988

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Arthur Henrique Leite Dos Santos

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O presente trabalho aborda o sistema de freios e contrapesos no Poder Judiciário brasileiro, analisando sua estrutura e funcionamento conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. O estudo está inserido no campo do Direito Constitucional e visa compreender como esse sistema contribui para o equilíbrio entre os Poderes da República, assegurando a separação de funções e a prevenção de abusos institucionais.

A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica e qualitativa, análise documental de dispositivos constitucionais, decisões judiciais e literatura especializada. De forma preliminar, os resultados apontam que, embora o Judiciário exerça papel essencial no controle dos demais Poderes, também carece de mecanismos mais eficazes de responsabilização interna, o que gera importantes reflexões sobre sua atuação e legitimidade no Estado Democrático de Direito.

Objetivo

O objetivo geral deste trabalho é analisar a atuação do Poder Judiciário brasileiro dentro do sistema de freios e contrapesos previsto na Constituição Federal de 1988. Especificamente, busca-se: identificar os mecanismos constitucionais de controle entre os Poderes; examinar o papel do Supremo Tribunal Federal como agente de equilíbrio institucional; e avaliar a efetividade dos instrumentos de responsabilização interna do Judiciário.

Material e Métodos

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica e documental de caráter qualitativo, com o objetivo de compreender a estrutura e o funcionamento do sistema de freios e contrapesos no Poder Judiciário brasileiro à luz da Constituição Federal de 1988. A pesquisa concentrou-se em fontes acadêmicas, jurídicas e institucionais publicadas entre os anos de 2018 e 2024, com foco em artigos científicos, livros, teses, dissertações, legislações, decisões judiciais e pareceres técnicos. As bases de dados utilizadas incluíram o Google Acadêmico, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a SciELO, o Portal de Periódicos da CAPES e o site oficial do Supremo Tribunal Federal. Além disso, foram consultados documentos e relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando aprofundar a análise sobre os mecanismos internos de controle no Judiciário. A escolha do intervalo temporal buscou priorizar materiais atualizados, permitindo uma abordagem contemporânea sobre o



tema.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica e documental demonstram que o Poder Judiciário brasileiro, conforme delineado pela Constituição Federal de 1988, possui uma estrutura que lhe confere autonomia funcional, administrativa e financeira, o que permite sua atuação independente na resolução de conflitos e no controle da constitucionalidade das normas e atos dos demais Poderes. A pesquisa evidenciou que essa autonomia é acompanhada de instrumentos de controle e fiscalização que visam impedir abusos, manter o equilíbrio entre os Poderes e garantir a legitimidade democrática do Judiciário. Nesse contexto, destaca-se o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, como órgão responsável pelo controle administrativo e disciplinar do Judiciário, funcionando como um importante mecanismo interno de freios e contrapesos.

Além disso, identificou-se que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem assumido crescente protagonismo na política nacional, o que reforça sua função contramajoritária, mas também suscita críticas quanto ao ativismo judicial. Casos emblemáticos de judicialização de políticas públicas demonstram que, em determinadas situações, o Judiciário atua como agente moderador em conflitos interinstitucionais, especialmente quando há omissão legislativa ou excessos por parte do Executivo. No entanto, esse protagonismo exige um debate constante sobre os limites da atuação judicial, para que não haja desequilíbrio entre os Poderes nem usurpação de competências alheias.

A discussão aponta que, apesar da existência de mecanismos de controle, ainda há desafios quanto à efetividade da responsabilização de membros do Judiciário, principalmente no que se refere à transparência, à prestação de contas e ao combate a práticas corporativistas. Conclui-se, portanto, que o sistema de freios e contrapesos é fundamental para assegurar a separação de Poderes, mas seu funcionamento pleno depende de constante aperfeiçoamento.

Conclusão

A pesquisa revelou que o sistema de freios e contrapesos aplicado ao Poder Judiciário brasileiro, conforme estabelecido pela Constituição de 1988, é essencial para garantir o equilíbrio entre os Poderes e a preservação dos direitos fundamentais. Apesar da autonomia conferida ao Judiciário, observou-se que ele está sujeito a mecanismos de controle, como a atuação do Conselho Nacional de Justiça e o controle externo dos demais Poderes. No entanto, o crescente ativismo judicial, especialmente pelo Supremo Tribunal Federal, levanta questões sobre os limites de sua atuação. As principais contribuições deste estudo são a identificação dos desafios enfrentados pelo Judiciário em termos de responsabilização e a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de controle, visando garantir a harmonia institucional e a preservação da separação de Poderes. Esse trabalho contribui para o debate acadêmico sobre a efetividade dos sistemas de freios e contrapesos no Brasil e sua importância para o for

Referências

CUNHA, Luís Carlos Bastos. Ativismo Judicial e o Supremo Tribunal Federal. Brasília: Editora Justiça, 2019.
TAVARES, Marcelo. O Sistema de Justiça no Brasil e seus Desafios. São Paulo: Editora Manole, 2021.
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
GOOGLE ACADÊMICO. Google Scholar. Disponível em: https://scholar.google.com.br. Acesso em: 18 abr. 2025.



BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/. Acesso em: 15 abr. 2025.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. Disponível em: https://www.scielo.org/. Acesso em: 17 abr. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Supremo Tribunal Federal - Portal Oficial. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 14 abr. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conselho Nacional de Justiça - Portal Oficial. Disponível em: https://www.cnj.jus.br. Acesso em: 19 abr. 2025.